



COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR – CIRM
GRUPO DE INTEGRAÇÃO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-Gerco)

49ª Sessão Ordinária

- 5 Sala de Reuniões da CIRM - Esplanada dos Ministérios, Bloco N, Anexo B, 3º andar, Brasília
Brasília - DF, 06 de agosto de 2014 - Horário: 10h00 às 12h30/14h30 às 18h00

LISTA PARTICIPANTES	
Coordenação da Sessão	Adalberto Eberhard (DZT/MMA)
	CMG Celso Moraes Peixoto Serra (SECIRM/MB)
Relatoria	Adelias Freires Bastos / Salomar Mafaldo de Amorim Jr (DZT/MMA)

LISTA DE PRESENÇA - REPRESENTANTES	
ORGÃO	REPRESENTANTE GI-Gerco
MMA	Adalberto Eberhard
MME	Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos
MPA	Luciene Mignani
MP/SPI	Luis Fernando Magnani de Oliveira
MPA	Rodrigo Rouback
MB/SECIRM	Celso Moraes Peixoto Serra
MB/SECIRM	Flávio Luiz Giacomazzi
MCTI	Andréa Cancela Da Cruz-Kaled
IBAMA	Fabiola Nunes Derossi
ABEMA	Ricardo Augusto de Almeida Voivodic
MDIC	Eduardo Von Glehn Nobre
SOCIEDADE CIVIL	Luiz Ernesto Borges de Mourão Sá
EMA/MB	Carlos Frederico Freitas de Abreu
PETROBRAS	Denise Alho
MCidades	Talitha Bensiman Ciampi
PETROBRAS	Ivan César Lobo Rezende
MPF	Gisele Elias de Lima Porto Leite

G17- SE-S	Luiz Roberto Camargo Numa De Oliveira
G17- N-NE	Yvens Cordeiro
ABRAMPA	Sheila Cavalcanti Pitombeira

LISTA DE PRESENÇA - PARTICIPANTES	
ORGÃO	PARTICIPANTE
MMA/DZT	Leila Affonso Swerts
MMA/DZT	Adelias Freires Bastos
INPH/SEP	Domenico Acetta
INPH/SEP	Rafael Bruno Paes Leme
INPH/SEP	José Guilherm Tomy
INPH/SEP	Reniel da Costa DalBone
SEP	Rita Munck
SEP	Alberto Costa de Paula
IBGE	Roberto Teixeira Luz
IBGE	Mario Alexandre de Abreu
IBGE	Mauro César Ribeiro
MB/SECIRM	Rogério de Oliveira Gonçalves
MB/SECIRM	Antonio José Teixeira
MMA/DMAR	Paula Moraes Pereira
MME	Jose Luiz Ubaldino de Lima
MMA/DZT	Salomar Mafaldo
MMA/DZT	Márcia Regina Lima de Oliveira
MMA/DZT	Flávia Cabral Pereira
MB/SECIRM	Marise Silva Carneiro
SEMA/BA	Rosalvo de Oliveira Junior
SEMA/PA	Clézio Silva Fonseca

MPF/PGR	Helinton Leal Silva
MPF	Nilton Euripedes de Deus Filho
MD	Paulo Garcia
USP	Claudia Santos
SEMA/PA	Pedro Paulo Ferreira
SEMA/MA	Rafaella Leite

1. ABERTURA

15 Abertura da 49ª sessão às 10h20 pelo representante da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) Comandante CELSO SERRA, que em nome do Almirante SILVA RODRIGUES, deu as boas-vindas aos participantes e destacou que a quinquagésima sessão do Colegiado terá uma programação especial.

O Sr. ADALBERTO (DZT/MMA) deu as boas vindas aos participantes e abriu a palavra para as contribuições no fechamento da agenda.

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

2.1. Adoção da Agenda

20 Após apresentação da agenda, foi solicitada inserção das pautas que seguem:

- i. Apresentação de indicações pelo MME para Membro do Colegiado: ANP e CPRM. O Colegiado se pronunciou que a proposta deve ser formalizada;
- ii. Proposta de deliberação sobre homenagem ao Almirante Ibsen de Gusmão Câmara. Proposta aceita;
- 25 iii. Proposta para inserção da pauta: Indicadores para avaliação de impactos no PPA. Proposta aceita;
- iv. Acolhida a inserção na pauta:
 - Informe sobre o “Evento internacional sobre “Saúde dos oceanos”;
 - Comunicado sobre o “Encontro Nacional da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural)”;
 - 30 • Informe sobre Curso promovido pela SEMA/BA;

O Sr. Adalberto apresentou a proposta para deliberação sobre homenagem ao Almirante Ibsen de Gusmão Câmara, falecido em 31 de julho e, trouxe um breve histórico sobre, no seu entendimento, “o maior conservacionista do Brasil”. Os [encaminhamentos](#) estão registrados na seção de deliberações.

Após as discussões acolhidas as demandas para inversão e inserção de pautas a agenda ficou como indicada no quadro que segue.

2.2. Aprovação da Ata da Sessão Anterior

40 Após o Coordenador indagar sobre contribuições ou alterações acolheu a intervenção da Sra. CHRISTINA (MME) que apresentou considerações solicitando revisão do relatriado na pauta “5.2 Publicação sobre os 25 anos PNGC” para refletir os encaminhamentos estabelecidos na sessão extraordinária ocorrida em 18 de julho de 2014.

45 Após manifestações no Colegiado o Coordenador acolheu a proposição de que as questões apontadas foram objeto da Sessão Extraordinária realizada em 18 de julho/2014 sendo contempladas naquela ata, e após estas considerações as atas foram aprovadas sem alterações.

AGENDA APROVADA

1. ABERTURA

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

- 2.1. Adoção da Agenda
- 2.2. Aprovação da Ata da Sessão Anterior

3. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

- 3.1. [Assento](#) para Confederações e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – análise dos pleitos apresentados
- 3.2. [25 anos do PNGC](#) – Aprovação das orientações para a publicação (Helinton Leal Silva MPF)
- 3.3. [Homenagem](#) Almirante Ibsen – Moção

4. OUTROS ASSUNTOS

- 4.1. Apresentação institucional do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (Domenico Acetta – INPH/SEP)
- 4.2. Revisão do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (Luis Magnani – MP)
- 4.3. Andamento dos trabalhos do GT Riscos e Obras Costeiras (Cássio Rampinelli – MI)
- 4.4. Política de autorização de uso de águas da União para fins de Aquicultura (Luciene Mignani - MPA)
- 4.5. Indicadores para avaliação de impactos no PPA

5. NOTÍCIAS/INFORMES

- 5.1. Andamento dos trabalhos do GT-UCAM (CMG Marise SECIRM/MB)
- 5.2. Assuntos da Zona Costeira em reunião da Concar (Adalberto Eberhard – DZT/MMA)
- 5.3. Publicação do RQMA pelo Ibama (Leila Swerts – DZT/MMA)
- 5.4. [Evento internacional](#) sobre “Saúde dos oceanos” (Paula Pereira – DMAR/MMA)
- 5.5. [Comunicado](#) sobre o “Encontro Nacional da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural)”(Gisele Porto MPF)
- 5.6. [Informe sobre o curso](#) “Formação Continuada em Gerenciamento Costeiro do Estado da Bahia” (Rosalvo de Oliveira Júnior SEMA/BA)

6. ENCERRAMENTO

- 6.1. Indicação de matérias para o próximo InfoCIRM
- 6.2. Data e informes sobre a 50ª Sessão

3. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

50 **3.1. Assento para Confederações e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – análise dos pleitos apresentados**

A Sra. LEILA (DZT/MMA) informou que na 186ª reunião da CIRM a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR) manifestou interesse em participar da Comissão e nas discussões o Coordenador indicou que seria contributivo a SAE/PR participar do Gi-Gerco.

55 Informou ainda que em 16 de abril de 2014 o DZT recebeu ofício da chefe de Gestão das Representações das Confederações solicitando dois assentos no Gi-Gerco, de modo a acolher representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Transporte (CNT), Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

60 Das discussões sobre o pleito das Confederações emergiram questionamentos sobre quais os critérios seriam aplicados para balizar a deliberação.

Na votação sobre acolher o pleito das Confederações o Sr. LUIZ (G-17/SP), ponderou sobre sua posição desconfortável de exarar o voto por não ter trabalhado a articulação para trazer o posicionamento do G17 e apontou a ausência de justificativas que permitissem vislumbrar a
65 relação nexo-causal sobre as contribuições que seriam trazidas pelo novo Membro.

O Sr. ADALBERTO (DZT/MMA) a guisa de reflexão sobre o balizamento das deliberações no Colegiado, assinalou que o Regimento Interno (RI) do Gi-Gerco foi aprovado na 30ª Sessão, mas acabou não sendo formalizado e em decorrência, deliberações como esta seguem lógicas mutáveis, sem o respaldo de um regimento.

70 Isto posto, o Coordenador propôs que o Colegiado analisasse a possibilidade de “construirmos democraticamente um regimento que estabeleça os critérios e a 50ª Sessão seria um marco para apresentarmos um regimento. Não sei qual seria a lógica e como isto se processa, mas como Coordenador é muito difícil entender um colegiado sem ter um regimento interno para reger seus posicionamentos e encaminhamentos”.

75 O CMG SERRA assinalou que nenhum outro colegiado ligado à CIRM possui regimento próprio e que todos eles se baseiam no regimento da própria CIRM.

O Sr. Coordenador/MMA, assinalou que o colegiado da CIRM é essencialmente governamental e que o Gi-Gerco é um colegiado heterodoxo. Além das três instâncias representadas, temos a representação das ONG's e do MP, entre outros. Decorre daí que as
80 demandas trazidas ao Gi-Gerco possuem especificidades não contempladas no regimento da CIRM.

A Sra. DENISE (PETROBRAS) ponderou que até o momento o Colegiado tem acolhido todas as consultas e seria incoerente a partir de agora não receber os novos pedidos. Manifestou a posição em acolher o pleito das Confederações e a partir de então discutir os
85 mecanismos para deliberar sobre novas consultas.

O Sr. YVENS (G-17 SEMA/PA) afirmou estar alinhado com o entendimento do Sr. LUIZ (G-17/SP) e assinalou a necessidade de se discutir também a questão da paridade das representações no Colegiado uma vez que sua representação é heterogênea.

A Sra. CHRISTINA (MME) assinalou que ocorreram outros acolhimentos e não houve esta
90 discussão na deliberação e apontou que “é preciso uma análise maior da própria CIRM para nos dizer o que devemos fazer e destacou que o Gi-Gerco não precisa de regimento porque já temos o da CIRM”.

95 O Sr. ADELIAS (DZT/MMA) consultando cópia do regimento da CIRM assinalou que não há orientações sobre as questões postas em discussão decorrendo daí a necessidade de se apoiar a proposta do Coordenador/MMA.

100 O Sr. FLÁVIO (SECIRM/MB) sobre o pleito da SAE/PR assinalou que a Secretaria tem status de Ministério e se enquadra no critério de constituição do Colegiado. Apontou que a Secretaria somente manifesta o interesse em participar do Colegiado, e nesta condição, não cabe discutir o acolhimento ou não da solicitação, mas sim acolher a solicitação que deveria ser oficiada ao Colegiado. Quanto a consulta das Confederações, assinalou que esta passa pelo interesse do colegiado em acolher e deve ser submetida à discussão.

105 O Sr. MAGNANI (MP) assinalou que a Portaria de criação do Gi-Gerco foi elaborada para atender objetivos e em decorrência definiu o conjunto de representações. Isto posto perguntou “os objetivos mudaram? o Colegiado tem de avaliar se a situação atual mudou”. Assinalou que os diversos colegiados da CIRM possuem objetivos, plano de trabalho, metas e produtos sistemáticos como entrega, mas o Gi-Gerco não atende estas premissas e tem uma agenda fluída. Apontou que valeria a pena discutir uma proposta para o objetivo final do grupo com métricas/metastas e que seja convalidada no âmbito da CIRM, para que assim seja endereçada para o Gi-Gerco a definição de objetivos, plano de trabalho, produtos e entregas.

110 **DELIBERAÇÕES:**

1. Assento para a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR): acolher a SAE/PR como membro do Colegiado e informar a deliberação no Relato à **CIRM;**
- 115 2. Assento para Confederações: acolher o pleito das Confederações, designando duas vagas na representação do Colegiado e informar a deliberação no Relato à **CIRM;**
- 120 3. Criado o GT-Regimento, para que, à luz do regimento da CIRM, do Regimento aprovado na 30ª Sessão e respeitando as particularidades do Colegiado, elabore recomendações para que a CIRM traga em seu regimento dispositivos que estabeleçam diretrizes e orientações que balizem as deliberações do Gi-Gerco. Composição inicial do GT após manifestação dos representantes: MPF, SECIRM, MMA, MME, G17, MP. Enviar convite aos membros não presentes na Sessão.

125 Obs: Posteriormente, a SECIRM revisou o entendimento, propondo que o GT-Regimento trabalhe na revisão do Regimento aprovado na 30ª Sessão do Gi-Gerco, aprove-o no colegiado e apresente-o à CIRM para homologação.

3.2. 25 anos do PNGC – Aprovação das orientações para a publicação (Helinton/MPF)

130 O Srº Heliton Leal (MPF) realizou apresentação em nome do Comitê Editorial Publicação 25 anos do PNGC (MCidades, MMA, MME e MPF) informando que pela manhã foi apresentado uma síntese do documento produzido pelo grupo, bem como sugestão de roteiro referente a contribuição dos estados. Foram informados aos participantes os ajustes da proposta de roteiro geral destacando observações específicas para o Ministério Público, Academia, Estados e Ministério das Cidades, ICMBio e SEP.

135 No final, por meio de votação aberta e de um amplo debate realizado no plenário foi suprimido o item 5 (Planejamento Espacial Marinho), bem como sua fusão com o item 4. Posteriormente houve a aprovação do cronograma e informado que será mantida a publicação com os critérios estabelecidos pelo comitê.

A Sr^a Cristina (MME) solicitou a retirada de sua participação no Comitê sendo substituída pelo Sr Luis Magnani (MP).

- 140 O Roteiro que orienta a publicação seria encaminhado aos representantes do Gi-Gerco para revisão e ajustes dos textos produzidos. Os ajustes deverão ser encaminhados para a análise do Comitê Editorial até dia 05/set. Depois de analisados pelo Comitê uma versão completa será devolvida para o grupo, para posterior aprovação em Sessão Extraordinária.

3.3. Homenagem Almirante Ibsen de Gusmão Câmara

- 145 Posicionamento do Colegiado sobre a proposta de homenagem ao Almirante Ibsen de Gusmão Câmara.

DELIBERAÇÕES:

1. publicar matéria no InfoCIRM;
2. enviar à CIRM Moção de apreço ao Almirante;

4. OUTROS ASSUNTOS

- 150 **4.1. Apresentação institucional do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (Domenico Acetta – INPH/SEP)**

O Sr. DOMENICO (INPH/SEP) discorreu sobre o histórico do INPH (55 anos) e apontou que o Instituto ao longo de sua história esteve inserido em vários arranjos institucionais, estando atualmente vinculado à Secretaria de Portos – SEP.

- 155 Destacou na estrutura laboratorial do INPH o laboratório de modelagem física (testes em modelos); o centro de simulações aquaviárias que apoia seus trabalhos em ferramentas computacionais como o MIKE (Model-based and Incremental Knowledge Engineering), o mais completo pacote de modelagem computacional para ambientes marinhos e costeiros assinalando que o INPH tem cerca de 20 anos de experiência em sua utilização trabalhando
- 160 em aplicações em 1D, 2D e 3D. Com base na ferramenta MIKE o INPH elabora estudos de modelagem apoiados em modelos de propagação e geração de ondas, hidrodinâmico, de transporte de sedimentos, de evolução de linha de costa e de transporte de partículas.

- Assinalou como áreas de competência do Instituto a modelagem matemática de sedimentação nos canais; os estudos para manejo de rejeitos da dragagem; os estudos de transporte litorâneo
- 165 de sedimentos e a elaboração de anteprojetos de obras hidráulicas como estruturas - quebra mar e aterro mecânico, entre outros.

- Enfatizou a visão ambiental na concepção das soluções desenvolvidas no Instituto afirmando que o mesmo está inserido no gerenciamento costeiro, trabalhando em questões de sensibilidade da linha de costa (estudos de modificação antrópica da linha de costa), nos
- 170 projetos de restauração de praias e proteção costeira, nos estudos de arranjos portuários e os possíveis impactos costeiros em cada setor da área de influência do Porto e alteração na direção residual de ondas, na modelagem física com geração de ondas irregulares e impactos na linha de costa, no histórico de monitoramento de dados oceanográficos na costa brasileira e no levantamentos topo-batimétricos e medições hidráulicas.

- 175 Destacou entre os trabalhos realizados a concepção do porto de Pecem - CE com a construção *offshore* para não impactar o transporte de sedimentos; o cálculo da taxa de assoreamento no canal do Terminal da Barra do Furado – RJ; o estudo da pluma de sedimentos dos rejeitos da dragagem do porto do Rio de Janeiro – RJ; os estudos no terminal de Conceição da Barra – ES sobre as condições de fluxo complexas na desembocadura do estuário devido à ação

180 simultânea de ondas, ventos, marés e correntes fluviais.

Entre os estudos em andamento destacou o Programa Nacional de Dragagem – PND2, sendo atribuições do INPH: análise de dados, anteprojeto de dragagem, modelagem matemática de sedimentação nos canais, estudos para manejo dos rejeitos de dragagem - estudos de navegabilidade e capacidade de canais de acesso.

185 Na apresentação dos estudos de intervenção na praia de Conceição da Barra, com processo de ocupação histórico o Sr. MAGNANI (MP) interveio indagando se para as soluções propostas o INPH faz análise de cenários, na perspectiva do melhor custo/benefício, apontando como uma das alternativas a realocação da Comunidade ocupando a área.

190 O Sr. DOMENICO (INPH/SEP) ponderou que a Comunidade está naquele espaço há 300 anos e houve o colapso da região por ação antrópica. Então o Estado tem o dever de ressarcir a comunidade. O cenário posto é reassentar a comunidade ou restaurar a área? Afirmou que restaurar é mais barato desde que se restabeleça a linha costeira dinâmica e que não se permita fazer uma obra que volte à condição de fragilidade anterior.

195 Informou que há avaliações para a construção de um superporto no ES na região do Porto de Tubarão e que o INPH foi consultado para responder a pergunta: “Qual é o impacto desta obra na linha de costa em termos de regressão ou assoreamento?”.

200 Para responder a questão foram realizados estudos em vários pontos, em cada setor da linha de costa na área de influência do Porto e a análise de ondas mostra a alteração residual da direção das ondas e a avaliação dos possíveis impactos costeiros mostrou que ocorre acreção em 8m e erosão em 8m, sendo que a maioria dos trechos da costa está em equilíbrio. Assinalou que o INPH apresentou avaliações e sugestões sobre o projeto do superporto.

O Sr. VOIVODIC (Abema/RJ) assinalou que é justamente esta capacidade de responder as questões como as indicadas que enfatizam a importância de parcerias entre as instituições.

205 Assinalou que no Estado do RJ no processo de licenciamento os técnicos são confrontados com questões decorrentes de estruturas semelhantes a apresentada, como é o caso do superporto-terminal de Ponta Negra (RJ) onde o estudo de impacto ambiental apresentado diz que não vai alterar nada. O Órgão infere que tem impacto mas não tem capacidade técnica para rodar modelos e confrontar os dados apresentados, sabendo que há distorções.

210 O CMG TEIXEIRA (SECIRM/MB) indagou se a criação do INPOH, instituição que está sendo gestada no MCTI teria alguma relação com o trabalho do INPH.

O Sr. DOMENICO (INPH/SEP) assinalou que não há conflito pois o INPOH vai fazer pesquisa pura. Destacou que o INPH atua sob a perspectiva do binômio Academia/Executivo pois o Instituto tem que dar respostas a sociedade.

4.2. Revisão do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (Luis Magnani – MP)

215 Luís Magnani (MP) fez relato sobre o processo de construção do PAF 2015-16 destacando o histórico, metodologia, produtos elaborados, lista de soluções, medidas e ações, evolução dos produtos e próximos passos. Foi entregue aos participantes a planilha sistematizada contendo a relação entre as ações necessárias com a identificação do responsável, fonte de recurso e a priorização de acordo com os critérios: Exequibilidade, efetividade, financiamento e rastreabilidade das ações e medidas propostas; Análise visual da prioridade de acordo com as contribuições enviadas ex-post pelos atores participantes; e Soma da pontuação atingida de acordo com as contribuições enviadas ex-post. O representante do MP informou também que será realizado encontro bilaterais com os envolvidos.

220

ENCAMINHAMENTOS:

- 225 • enviar planilha PAF e doc com todas as informações do processo.

4.3. Andamento dos trabalhos do GT Riscos e Obras Costeiras (Cássio Rampinelli – MI)

A pauta foi transferida para a próxima sessão.

4.4. Política de autorização de uso de águas da União para fins de Aquicultura (Luciene Mignani - MPA)

Sra Luciene (MPA) realizou apresentação da “Aquicultura em Águas da União Marinhas” destacando a definição de aquíicultura conforme a lei de pesca (Lei nº11.959/2009), bem como nos regulamentos relacionados (Decreto nº4.895/2003 e INI nº06/2004).

235 Foram conceituadas as modalidades de área aquícola e parque aquícola, bem como o detalhamento dos marcos legais que norteiam o setor. A Coordenadora do MPA informou que há proposta de novo decreto com vistas a flexibilizar e regulamentar o sistema nacional de uso para parques aquícolas apresentando maior integração com a Marinha e Órgãos ambientais.

240 Foram apresentadas os trâmites processuais relacionados aos parques aquícolas marinhos e para áreas aquícolas marinhas. A Sra Luciene informou que o trâmite era bastante moroso (cerca de 1 ano e meio) e hoje está em seis meses. No entanto, os órgãos ambientais apresentam dúvidas sobre o procedimento ocasionando entraves no licenciamento ambiental (ex: ostra nativa).

245 A Sra Luciene destacou que todas as áreas aquícolas são sempre onerosas e que há parceria com o ICMBio na cessão de áreas preferenciais para comunidades tradicionais nas RESEX. Outro ponto levantado foi que há diálogos para o desenvolvimento e permissão de produção aquícola em UCs. A Sra Luciene mencionou estudos para demarcação de parques aquícolas (levantamento de dados primários e secundários) nas etapas de planejamento e ordenamento da atividade. Foi apresentada a relação de estados com parques aquícolas marinhos (Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraná e Santa Catarina). O Estado de SC
250 foi destacado como sendo o mais avançado em termos de monitoramento ambiental, com cadeia produtiva bem estruturada e elevada integração entre os órgãos. A apresentação foi finalizada informando os tipos de espécies produzidas em parques aquícolas. O Sr Yvens (G-17PA) perguntou se após a criação do parque aquícola, há dados relacionados aos impactos socioeconômicos da atividade após as fases de instalação e operação. A Sra Luciene (MPA)
255 confirmou a realização de estudos dos públicos beneficiários e dos parâmetros de água. Complementou que há dificuldade dos órgãos ambientais em absorver e entender a produção aquícola no tocante ao licenciamento.

260 A Sra Leila (MMA) questionou sobre os conflitos gerados pela LC nº140 no licenciamento realizado por Estados ou pela União por envolver o mar territorial. Sra Luciene (MPA) informou que atualmente os Estados já realizam os licenciamentos e que falta definir este ponto com o IBAMA.

4.5. Indicadores para avaliação de impactos no PPA (Luiz Magnani MP)

A pauta não foi apresentada para acomodar tempos de agenda.

5. NOTÍCIAS/INFORMES

5.1. Andamento dos trabalhos do GT-UCAM (CMG Marise SECIRM/MB)

265 A pauta foi transferida para ajustar tempo da sessão.

5.2. Assuntos da Zona Costeira em reunião da Concar (Leila Swerts DZT/MMA)

270 A Sra. LEILA assinalou que a questão da equalização dos referênciais altimétricos e batimétricos, fato já constatado, vem sendo pautada em vários espaços de interlocução e que o assunto foi levado para a reunião preparatória da Concar, sendo acolhido naquele colegiado, o que caracteriza um avanço no tema.

Destacou que o IBGE uma das instituições responsáveis por equacionar esta deficiência esteve presente e apontou um problema maior pois os referênciais altimétricos precisam de adensamento, e não apenas na região costeira.

5.3. Publicação do RQMA pelo Ibama (Leila Swerts – MMA)

275 Sra Leila Swerts (MMA) informou que está disponível no site do IBAMA a publicação relativa ao Relatório de Qualidade do Meio Ambiente. No documento há um capítulo especial sobre ambiente costeiro e marinho. Para maiores informações segue link: http://www.ibama.gov.br/phocadownload/rqma/RQMA_2013.pdf

5.4. Evento internacional sobre “Saúde dos oceanos” (Paula Pereira – MMA)

280 A representante do Departamento de Biodiversidade Aquática, Mar e Antártida (DMAR) do MMA, Sr^a Paula Pereira, informou aos presentes que a entidade Conservation International Brasil convidou o DMAR/MMA para participar da Oficina Regional do Índice de Saúde dos Oceanos nos dias 10 e 11 de julho em Bogotá, Colômbia. Participaram da reunião, representantes do governo do Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Gabão, Peru, Costa Rica, 285 Panamá. Também representantes da Universidade da Califórnia, em Santa Bárbara, Estados Unidos, e da ONG Conservação Internacional (CI). A oficina teve como tema a troca de experiências sobre o Índice de Saúde dos Oceanos (OHI), desenvolvido pela CI para avaliar aspectos econômicos, sociais e ambientais dos oceanos.

290 O índice já foi avaliado e calculado globalmente e alguns países, como é o caso do Brasil e a costa Oeste dos Estados Unidos. A Colômbia e o Equador estão em processo de desenvolvimento do Índice para seus países, coordenado pelo governo. O principal objetivo de participar do evento foi avaliar como o OHI pode ser inserido nas políticas marinhas do Brasil e, em especial, no processo de atualização das Áreas Prioritárias para a Conservação da Zona Costeira e Marinha.

295 Durante o primeiro dia do evento, a CI apresentou a metodologia de cálculo do OHI e alguns estudos de caso, como o da Costa Oeste dos Estados Unidos, do Brasil e o início do processo do Equador e da Colômbia. O MMA, neste dia, fez uma apresentação sobre o ambiente costeiro e marinho do Brasil e as políticas ambientais do país em favor da saúde dos oceanos.

300 No segundo dia, foram apresentadas as políticas dos demais países em favor da saúde dos oceanos e a CI apresentou o software "Caixa de Ferramentas" que auxilia no cálculo do índice. Além disso, os participantes participaram de Grupos de Trabalho para identificar os problemas e as soluções para as etapas de cálculo do OHI, como disponibilidade de dados, envolvimento dos atores, dentre outros.

5.5. Comunicar “Encontro Nacional da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural)” (Dra. Gisele MPF)

305 A Dra. GISELE (MPF) informou que o evento ocorrerá nos dias 24 à 26 de setembro em Foz de Iguaçu, é aberto ao público e que o DZT/MMA foi convidado para estar no painel Gestão

da Zona Costeira.

310 **5.6. Informe sobre o curso “Formação Continuada em Gerenciamento Costeiro do Estado da Bahia” (Rosalvo de Oliveira Júnior SEMA/BA)**

O Sr. ROSALVO (G-17BA) informou sobre o curso em Gerenciamento Costeiro que será realizado no Governo do Estado da Bahia por meio da Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (SEMA).

315 Apontou que o curso tem o objetivo de fortalecer políticas públicas e ações de gestão compartilhada entre o Poder Público e os atores sociais envolvidos na Zona Costeira. Será realizada a Formação Continuada em Gerenciamento Costeiro do Estado da Bahia – Módulo Básico para servidores públicos municipais e estaduais, estando aberto à sociedade civil organizada, que atua direta e indiretamente no Gerenciamento Costeiro do Estado.

320 Destacou que o curso contará com três módulos, o básico, o intermediário e o avançado. A coordenação do curso produzirá publicações abordando a legislação, o histórico de ocupação da ZC no Estado e no módulo avançado pretendem abordar o Sistema de Modelagem Costeira – SMC.

6. ENCERRAMENTO

6.1. Indicação de matérias para o próximo InfoCIRM.

6.2. Data e informes sobre a 50ª Sessão.

325